

Marcello Alencar decide demitir

Christiane Martinez
do Rio

Com dívidas da ordem de R\$ 11,5 bilhões, prejudicado pelos efeitos da Lei Kandir, que desonerou de ICMS as exportações de produtos primários e semi-elaborados, o governo fluminense decidiu adotar pacote de medidas emergenciais para adequar a administração estadual ao ajuste fiscal anunciado ontem pelo governo federal.

Dentre as novas medidas, a serem divulgadas hoje à tarde pelo governador Marcello Alencar, incluem-se demissões de funcionários, uma vez que o governo estadual compromete 80% de sua receita líquida, em torno de R\$ 420 milhões ao mês, em folha de pagamento do funcionalismo público.

O secretário de Fazenda, Marco Aurélio Alencar, adiantou que o governo vai antecipar algumas ações de desestatizações, como a venda do terminal rodoviário Menezes Cortes. "Os esforços adotados até o momento pelos estados para conter o crescimento da folha de pagamento têm sido ineficazes. Acreditamos que com o ajuste fiscal o país vai retomar sua capacidade de ter superávit para acumular reservas, que são o elemento básico de sustentação do Real", ressaltou o governador, ao manifestar total apoio às medidas do governo.

Logo após divulgação do pacote, Alencar reuniu todo o seu secretariado. Após encontro de mais de duas horas, a portas fechadas, no Palácio Laranjeiras, anunciou que um dos fa-

tores que o preocupa é a questão dos policiais militares cedidos há mais de dois anos a órgãos de outros poderes e que se encontram em funções não relacionadas com suas atividades.

O governador pretende contabilizar o número daqueles funcionários para que retornem às suas funções. Desta forma, o governo fluminense não precisará abrir concursos para contratar novos policiais. "Eles terão que voltar à tropa ou passar para a reserva conforme determina a lei", afirmou, ao reiterar que a proximidade das eleições não o impedirá de adotar medidas, para reduzir o déficit público, "por mais duras que sejam".

Os últimos detalhes do pacote estadual estarão sendo acertados hoje entre os secretários de Fazenda, Marco Aurélio Alencar, de Planejamento, Edgar da Rocha, e interino da Casa Civil, Leo Bosco. Segundo Marco Aurélio, a medida que mais afeta ao governo estadual é o aumento da taxa de juro: "Essa é a nossa maior preocupação, porque a situação do governo é totalmente diferente da dos outros estados. A dívida mobiliária está sendo rolada dia-a-dia e o custo adicional é muito maior. O restante do pacote pouco nos afeta".

Em relação à Antecipação de Receita Orçamentaria (ARO), o secretário informou que o governo optou por não se endividar junto aos sistema bancário em operações de ARO. "É uma operação cara, um recurso levantado para pagar num período em que não se pode quitá-lo".